

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA NO ATENDIMENTO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA

Letícia dos Santos
leticiasantos11mju@gmail.com
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Kelly Letícia da Silva Sakata
kelly.sakata@uems.br
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Eixo 3: Formação de Professores

RESUMO: O objetivo do presente artigo é discutir teoricamente a formação de professores no contexto da relação entre a família e a escola especificamente no contexto da inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Pontuamos que os processos inclusivos no contexto escolar consistem em um grande desafio, pois as pesquisas indicam que existe um número significativo de crianças com Transtorno de Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar. Nesse sentido, emerge a necessidade de desenvolver ações a partir de equipe multidisciplinar que possa atrelar todos os profissionais no âmbito educacional bem como a família e os alunos com TEA para a concretização do direito educacional junto aos alunos atendidos. A metodologia do presente trabalho consiste em discussão a partir da bibliografia pertinente, principalmente, dos autores: Cardozo e Paloma Rodrigues (2020), Oliveira, Marinho e Araújo (2010), Oliveira (2022) e Araújo (2022). Concluímos que há que se criar um laço entre a equipe pedagógica e a família para que se tenha um acolhimento junto ao aluno autista. Um olhar sensível do professor, estimulando sempre o respeito e impondo sua competência. Assim, também como a lei de Berenice foi criada pela luta de uma mãe típica, toda família perpassa por dificuldades no processo do diagnóstico, nesse contexto o olhar diferenciado da equipe pedagógica faz toda a diferença.

Palavras-chave: Formação de professores. Transtorno do Espectro Autista. Relação Família-Escola. Inclusão Escolar.

Introdução

A formação de professores é fundamental para um bom desenvolvimento na relação entre a família e escola, ao receber o diagnóstico do TEA o suporte mais próximo da família é o professor regente, através de esclarecimentos sobre o TEA. Assim, é necessário que o

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

professor esteja preparado para orientar e acolher tanto a família quanto o aluno neste momento de estabilidade emocional.

No que se refere às investigações nesta temática, segundo Cabral, Falcke e Marin (2021) existe uma escassez de pesquisas que investigam, de forma sistêmica, as relações entre família e o âmbito escolar, abarcando diferentes fontes de informação. A presente pesquisa, assim, justifica-se por este campo de estudo ser escasso. Desta forma, discute-se os principais conceitos que perpassam a temática, indicando o levantamento bibliográfico e as conclusões nesse processo.

O objetivo que permeia esse estudo foi de discutir teoricamente a formação de professores no contexto da relação entre a família e a escola especificamente no contexto da inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Para tanto, na primeira seção discorreremos sobre a formação de professores na relação família-escola sob uma perspectiva inclusiva e na segunda seção refletimos sobre a criança com Transtorno do Espectro Autista e (TEA) e suas especificidades.

A metodologia foi desenvolvida sob uma abordagem qualitativa de cunho bibliográfico, em que houve estudos e discussões sobre as principais sub temáticas que perpassam esse eixo de discussão. Esperamos, assim, colaborar com estudos que problematizem o tema, de forma a avançar na melhoria de uma educação de qualidade junto aos alunos com TEA.

A formação de professores e a relação família-escola: perspectiva inclusiva

O papel do profissional da educação vai além do ensinar, a sintonia entre família e escola é essencial no desenvolvimento dos alunos, esta união se torna um grande avanço no desenvolvimento integral da criança, ao se tratar da educação inclusiva esse contexto não é diferente.

Como sabemos o ingresso dos alunos com deficiência nas Escolas regulares vem crescendo cada vez mais e desta forma os estudos sobre a temática contribuem para o aprimoramento das práticas pedagógicas, pois estes alunos necessitam no cotidiano das Escolas um olhar mais apurado. Quando se compreendem as especificidades dos estudantes com TEA, principalmente no que diz respeito aos processos de aprendizagem e interação, o trabalho pedagógico se torna mais qualificado (Cardozo, 2020, p.4).

Segundo o Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2023), matrículas na educação especial chegam a mais de 1,7 milhão, a maior concentração está no ensino fundamental, com 62,90% das matrículas. Os dados fazem parte do Censo Escolar

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

2023, o qual indica que o total de matrículas dos estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) é de 35,9% (636.202). Assim, “o autismo afeta uma em cada 100 crianças em todo o mundo” (Abdala, 2024).

Entendemos que esses alunos necessitam de um olhar atento do professor. Ao ser matriculado no ensino regular, ele traz uma história, junto a uma família que está em um contexto adverso. Neste sentido, os profissionais da educação têm que estar com o olhar sensível para poder acolhê-los, criando laços para um bom desenvolvimento na relação entre a família.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/96), a qual indica o princípio da gestão democrática, os gestores e coordenadores pedagógicos estão no ambiente escolar para mediar a relação democrática entre a família e os professores. Neste sentido, a partir do momento em que o professor não encontra estratégias para auxiliar ou acolher a família e desenvolver os processos de aprendizagem e interação referente ao trabalho pedagógico junto à criança, cabe ao coordenador estar ajudando por meio, entre outras estratégias, da formação continuada.

Há uma certa reclamação da escola por falta do vínculo com as famílias, mas quando a família se propõe em ser presente a equipe pedagógica reclama da “invasão” que esse movimento pode acarretar. Para a família é colocado limites ao entrar em assuntos educacionais, mas ao mesmo tempo pode-se perceber “a entrada” da escola nos assuntos familiares, o que pode acarretar em conflitos entre ambas as partes (Oliveira; Marinho; Araújo, 2010).

Nesta direção, podemos observar a disputa em culpabilizar alguns setores pela falta efetiva da qualidade referente à relação família-escola. Entendemos que a direção e coordenação estão no âmbito escolar para de forma conjunta com o educador poder buscar uma relação amistosa e produtiva com a família, para que juntos possam ajudar no desenvolvimento do aluno.

Sendo assim, ao invés de achar culpados desse vínculo não realizado, direção, coordenação e professores precisam estabelecer parcerias junto às famílias, atendendo o princípio da Gestão democrática. Segundo Oliveira (2010) educar e ensinar são situações próximas, apesar de serem situações aproximadas, elas tomam posições diferentes. Ao trabalhar juntos família e escola se promove a origem da educação, possibilitando o desenvolvimento físico, moral e intelectual, permitindo assim uma educação de qualidade.

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

Com a expansão do acesso à escola, cresceu, de forma significativa, a necessidade de preparar os professores, no que se refere a sua formação, para lidarem com a diversidade que os alunos trouxeram para as salas de aula (Araújo, 2022, p. 22). Nesse sentido, de acordo com a LDB 9394/96, art. 13 a “Formação Continuada em Serviço deve oferecer aos docentes a oportunidade de aprender, junto com seus colegas de trabalho, com suporte de um formador experiente (mentoria ou tutoria), compartilhando aprendizagens já desenvolvidas” (Brasil, 1996).

A referida lei vem amparar o profissional de educação com a importância de uma formação de qualidade que tem que ser ofertada pela secretaria de educação para preparar o professor mediante as dificuldades do dia a dia. No contexto escolar, o profissional é surpreendido com questões adversas que ele não está preparado. Ao entrar na educação especial e inclusiva notamos que o professor se depara com questões muito além do que concerne a sua formação básica desenvolvida na graduação. Sendo assim, a formação continuada *in-locus* e a troca de experiência com outros professores é crucial.

Ainda de acordo com a LDB 9394/96, art. 14, “A programação da Formação Continuada em Serviço deve ser articulada com programas e cursos flexíveis e modulados, que permitam a complementação, atualização ou aperfeiçoamento de seu processo de desenvolvimento profissional” (Brasil, 1996).

Sendo assim, a “formação docente é um dos principais recursos a se considerar para a inclusão de alunos com TEA” (Araújo; 2022, p. 22). A inclusão vai além de colocar o aluno dentro do ambiente escolar, é ter professores especializados para o atendimento individual dentro da sala de aula, é ter atividades individualizadas para cada dificuldade do aluno. De acordo com a LDB 9394/96, art. 59.

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades. Uma inclusão de qualidade vai além de colocar o aluno dentro da sala de aula, a inclusão acontece quando todos se propõem em melhorar o sistema acatando as leis (Brasil, 1996).

Ao pensarmos sobre a implementação desta normativa, equipe pedagógica e família precisam estar dispostos a trabalhar em harmonia pensando na inclusão real, não somente incluir a criança dentro do sistema. A inclusão é um campo amplo em que precisa ser trabalhado em conjunto professor regente, professor de apoio pedagógico, coordenação e direção, entendendo que o aluno faz parte do sistema e não somente do professor de apoio.

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

A revisão da literatura evidencia que a inclusão escolar, em especial no contexto do TEA, é uma temática atual e polêmica, tocando em diversos setores sociais e áreas do conhecimento. Com o aumento no número de diagnósticos e de matrículas de crianças com TEA na escola comum, parece aumentar também o conhecimento prático dos professores em relação à educação de crianças incluídas (Weizenmann; Zanon, 2020, p.4)

Nesse sentido, trabalhar Inclusão na perspectiva da educação especial é um desafio para o educador, que muitas das vezes falta conhecimento em relação ao TEA, quando se depara dentro de uma sala de aula com uma diversidade imensa cada aluno com uma bagagem já é impactante. Ao ser comunicado pela coordenação que o professor regente terá uma criança especial acaba-se mudando a rotina dentro da sala de aula, por isto a necessidade do professor precisar de formação para aprender a lidar com um aluno atípico.

Ao professor de apoio compete o trabalho pedagógico de mediação com os professores regentes, auxiliando na adaptação dos conteúdos, nas metodologias de ensino com o aluno com deficiência e/ou transtorno e com os demais alunos na sala de aula, contribuindo com o desenvolvimento do atendimento institucional especializado (Barbosa; Peres; Przylepa, 2020, p. 139)

Segundo a lei da LDB 9394/1996 art. 58 §1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial. Dentro da lei, a exigência do professor de apoio especializado para atender o público alvo da educação especial, quando se faz necessário dentro do laudo médico.

Esta questão também está colocada na Lei nº 12.764, de dezembro de 2012. Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado.

Sendo assim, cabe a educação escolar, o desenvolvimento da socialização, trabalhando as competências socioemocionais da criança com TEA, preparando-a para viver em sociedade, dedicando-se ao desbloqueio das suas limitações. De forma a alcançar sua evolução físico, sensorial e intelectual, cabe aos professores, de forma sucinta, alcançar sua aprendizagem.

No que se refere especificamente à criança autista, "a escola não é responsável apenas pelo desenvolvimento acadêmico dos discentes, mas também pelo processo de socialização, uma vez que os autistas podem apresentar limitações nas relações sociais e na comunicação com as outras pessoas". O professor de apoio especializado juntamente com o professor regente tem a atribuição de intermediar a socialização do aluno dentro do âmbito escolar (Barbosa; Peres; Przylepa, 2020, p. 136).

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

Neste processo de inclusão, a equipe pedagógica precisa buscar novas estratégias de ensino para o bom desenvolvimento do educando, adaptando aulas, trabalhando socialização, desenvolvimento motor e cognitivo. Uma boa troca de conhecimento entre regente e apoio, pois sem esta troca de conhecimento não a inclusão e sim exclusão dentro da sala de aula.

De acordo com os autores, ao realizar uma pesquisa de campo em seu trabalho foi questionado o trabalho pedagógico entre professores regentes e a professora de apoio em relação às trocas em sala de aula, ao atendimento à turma e aos alunos autistas, algumas professoras da pesquisa disseram não haver uma relação entre as partes. Vendo a necessidade desse trabalho em conjunto, a equipe pedagógica precisa estimular o bom relacionamento entre os dois professores (Barbosa; Peres; Przylepa, 2020, p. 142 a 143).

Educador de apoio precisa desse vínculo com o regente para poder adaptar as aulas, e o regente precisa entender que a inclusão é um papel de todos dentro do ambiente escolar. Para uma inclusão de excelência dentro da sala de aula podemos analisar a importância de uma formação continuada de superioridade, trabalhando este conjunto.

Na importância de uma educação de qualidade como um direito dos alunos com e sem deficiências, é importante que todas as licenciaturas tenham o compromisso de formar professores que tenham em seus arcabouços de conhecimentos os pressupostos basilares para a prática inclusiva. Formar professores a partir da compreensão que ela é permanente, favorece uma educação crítica, preparando professores capazes de fazer uma leitura crítica do contexto em que estão inseridos, o que, por sua vez, contribui para uma prática mais inclusiva (Araújo, Bruna carvalho, 2022, p.31)

O bom relacionamento entre a equipe pedagógica, faz com que a educação se torne de qualidade para todos, a empatia entre regente e apoio é um dos caminhos para a educação inclusiva. A importância desse olhar da direção para a equipe pedagógica se torna essencial para a criação desse elo entre educadores e apoio, este olhar crítico entre ambas as partes, define uma educação de qualidade e inclusiva para todos.

Defende-se que a coordenação e a direção escolar precisam empreender ações inclusivas no ambiente escolar para que toda a escola seja inclusiva com o “diferente”, seja ele indígena, negro, com orientações sexuais distintas e com deficiência. Só haverá de fato escolas inclusivas quando todos os profissionais desenvolverem práticas pedagógicas inclusivas (Barbosa; Peres; Przylepa, 2020, p. 144)

Segundo (Barbosa; Peres; Przylepa, 2020, p. 143) “É importante que o professor regente troque de lugar com o professor de apoio no decorrer das aulas; ou seja, o professor de apoio trabalha com a turma e o professor regente atende ao aluno com TEA”. Esta troca de papel é fundamental para o desenvolvimento do aluno com Transtorno como também para trabalhar a

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

inclusão dentro da sala de aula com os demais educandos, ensinando a importância do respeito e do cuidado, pois somos todos diferentes cada um com suas dificuldades e o respeito cabe em todo o lugar.

Ao adentrarmos ao assunto inclusão da criança com Transtorno do Espectro Autista se vê a importância da socialização e ao mesmo tempo as limitações que eles têm, por isto a importância de se trabalhar o respeito e o amparo com os demais em sala de aula, incentivando eles a se socializar com o aluno com TEA.

Partindo deste contexto, defende-se que a inclusão deve ser de todos e para todos. Para tanto, torna-se essencial respeitar e trabalhar as especificidades, as habilidades, as competências, os limites e as dificuldades de cada indivíduo de acordo com a sua necessidade e especificidade. Além disso, é preciso valorizar o fazer, o apreender e o entender do “Outro”, do “Diferente” do ser educando, pois existem maneiras diferentes e diversas de construir conhecimentos e saberes escolares (Barbosa; Peres; Przylepa, 2020, p. 145)

Como educadores temos um papel de referência com os educandos, ensinando a amar o próximo independente da dificuldade de cada um. Começando a respeitar o profissional de apoio trabalhando juntos e tendo um bom relacionamento com a família, com adaptações de atividades, trabalhando desenvolvimento motor e cognitivo, pode se alcançar uma educação de excelência.

Ao adentrarmos as pesquisas, chegamos a conclusão da importância das formações continuadas serem trabalhadas com professor regente e professor de apoio incentivando o bom relacionamento entre a equipe. Colocar transcendência da inclusão ao aluno com Transtorno do Espectro Autista é ser um papel de todos, colaborando para o desenvolvimento sócio emocional, físico e motor do aluno.

A criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) especificidades

Estudos mostram que o “autismo, definido em 1943 pelo psiquiatra austríaco, Leo Kanner, é um transtorno que compromete a capacidade de comunicação e desenvolvimento de relações sociais do indivíduo, que passa a se comportar de modo compulsivo e ritualista”(Brasil, 2012). Nesse sentido, no início dos estudos sobre a temática , o autismo foi considerado como “esquizofrenia infantil” até a década de 60.

Somente “na década de 70 e 80 que o autismo deixou de ser visto como uma psicose, graças à contribuição de pesquisadores como Christian Gauderer e muitos outros em nível internacional, inclusive no Brasil” (Santos; Benute; Guerra; Streapco; Lopez; Pereira, 2020, p.

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

9) Passando por séculos de pesquisa dentro da psiquiatria, buscando definição e respostas das especificidades do TEA.

O TEA ocorre por um distúrbio do neurodesenvolvimento, manifestado por comportamentos, afetando a comunicação e a socialização da pessoa diagnosticada com o transtorno, sendo necessário desenvolver estas habilidades ainda na fase da infância. Para além disso, indica-se,

[...] na definição dessa condição, tais como: ausência ou atraso de fala e linguagem, dificuldades de compreensão, uso de palavras sem contextualização [...] dificuldades no relacionamento com pessoas e objetos e reações exacerbadas em relação às sensações (Santos; Benute; Guerra; Streapco; Lopez; Pereira, 2020, p. 9)

Estudos apontam que é fortemente um transtorno genético desenvolvido com até 90% de herdabilidade. [...] “diz que os fatores biológicos e genéticos são os responsáveis pelo TEA devido os mecanismos epigenéticos se mostrarem/serem fatores importantes.” (Santos, Benute, Guerra, Streapco, Lopez e Pereira, 2020, p. 13) nas quais famílias que já se tem crianças autista o risco é ainda maior, do nascimento do próximo com o transtorno devido ao fator hereditário.

Segundo Moreira, Damasceno e Sousa (2022, p. 4) é importante ressaltar que, independente de qualquer diagnóstico, no âmbito do TEA cada pessoa possui sua identidade e individualidade. Isto significa que com o mesmo diagnóstico são diferentes porque são seres únicos, as pessoas jamais podem ser consideradas apenas pela sua condição clínica. No entanto, no âmbito da neurociência

[...] o autismo é um transtorno do neurodesenvolvimento, ou seja, são condições neurológicas que aparecem precocemente na infância, geralmente antes dos três anos de idade e afetam o desenvolvimento pessoal, social, acadêmico e/ou profissional do indivíduo, pois envolvem dificuldades na aquisição, retenção ou aplicação de habilidades ou conjuntos de informações específicas (Santos; Benute; Guerra; Streapco; Lopez; Pereira, 2020, p. 11)

O Transtorno do Espectro Autista é classificado por graus de necessidade de suporte, leve (Nível 1), moderado (Nível 2) severo (Nível 3), ou seja existem variações do comprometimento sócio emocional, apresentando variantes do transtorno. Assim como cada criança o autista também tem suas características diferentes do outro sendo diferenciado por grau, do não verbal para o verbal com dificuldade, com facilidade no aprendizado ou no com hiperfoco, cada um apresentando suas especificidades diferentes um do outro. Desse modo, “[...] há variações que podem ocorrer em cada indivíduo, assim pode-se identificar as mesmas alterações em níveis leves, intermediários e complexos.” (Santos; Benute; Guerra; Streapco; Lopez; Pereira, 2020, p. 19). Os níveis são as principais características que diferencia um TEA

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

do outro, o leve pode facilmente ser confundido como uma “birra”, levando um diagnóstico mais aprofundado diferentemente do complexo que facilmente se percebe o Transtorno do Espectro Autista, a maioria das vezes sendo não verbal.

Para “o seu diagnóstico, diferentes aspectos devem ser observados, tais como atraso ou dificuldade na fala, dificuldade na interação social em diferentes contextos, estereotípias, interesses restritos que causem prejuízos na vida e no desenvolvimento da criança” (Araújo; 2022, p. 18). Assim, quanto antes diagnosticar, mais estratégia para uma ampliação social e cognitiva esta criança terá em sua vida.

Deste modo, “profissionais da saúde devem considerar que pessoas do sexo feminino com TEA podem apresentar um perfil de sintomas e níveis de comprometimentos diferentes dos homens e que o TEA em meninas e mulheres é frequentemente subestimado”(Brasil, 2022, p.5). Nem sempre todas as crianças autista vão apresentar os mesmos traços, pois cada ser humano apresenta uma identidade sendo único, no caso de TEA na menina já se torna mais difícil o diagnóstico, pesquisadores apontam que pelo fato da menina ser mais vergonhosa acaba dificultando o diagnóstico, tento que ter um olhar mais aprofundado.

A inserção de rotina na vida da criança se torna fundamental, precisa ser bem estruturada, ao se tratar do aluno com TEA têm de se ter um olhar mais apurado, pois o autista necessita seguir uma rotina para poder organizar seus pensamentos, a constância de atividade pode acabar desregulando um autista, por isso a importância de seguir um cronograma bem estruturado e adaptado para não haver o desregulamento deste aluno. Deste modo, “[...] uma das características comuns às pessoas com este diagnóstico é a dificuldade de lidar com mudanças na rotina”(Araújo; 2022, p. 40).

No que se refere ao trabalho docente junto à esse público alvo, é “comum que o professor do aluno com TEA crie algumas representações sociais a respeito do aluno, do seu diagnóstico, do seu desenvolvimento e da aprendizagem” (Weizenmann; Pezzi; Zanon; 2020, p.3). Cada educador tem sua estratégia de trabalho, mediante ao diagnóstico do aluno, com o objetivo de desenvolver, são buscado materiais diferenciados para chamar a atenção da criança e ter um bom desenvolvimento das atividades propostas em sala de aula.

Ao receber o laudo médico, o professor se depara com o grau de autismo que seu aluno apresenta, mediante a este nível o educador precisará de estratégia para trabalhar o desenvolvimento do TEA. Sendo assim, cada criança “[...] terá necessidades diferentes e precisará de estratégias que partam da percepção de como ela lida com as situações do cotidiano da sala de aula” (Santos; Benut; Guerra; Streapco; Lopez e Pereira, 2020, p. 31)

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

De forma ampla, “pode-se dizer que as estratégias metodológicas do professor precisam considerar tanto as diversidades de formas de aprender, assim como as diferentes formas de percepção desses estudantes com TEA” (Santos; Benute; Guerra; Streapco; Lopez e Pereira, 2020, p. 31). O olhar diferenciado para todos os integrantes da sala de aula como um todo já se faz a diferença, criança nenhuma aprende igual a outra, cada aluno tem seu tempo de desenvolvimento, com um planejamento diferenciado o corpo docente consegue atender não somente o autista mais toda a todos de forma inclusiva..

Através de pequenos detalhes, a equipe pedagógica tem o poder de transformar o ambiente pedagógico em uma sala de aula inclusiva, são pequenos olhares que transformam a educação. “Os professores constroem a democracia no cotidiano escolar por meio de pequenos detalhes da organização da prática pedagógica. Nesse sentido, fazem a diferença: o modo de trabalhar os conteúdos com os alunos; a forma de sugerir a realização de atividades na sala de aula” (Ropoli; Mantoan; Santos; Machado; 2010, p.13).

O professor, “então, desempenhará o seu papel formador, que não se restringe a ensinar somente a uma parcela dos alunos que conseguem atingir o desempenho exemplar esperado pela escola. Ele ensina a todos, indistintamente” (Ropoli; Mantoan; Santos; Machado; 2010, p.14). O educador tem o compromisso de ensinar todos, de forma distinta tornando a educação acessível e inclusiva para todos, desenvolvendo os educandos de forma conjunta respeitando suas necessidades, seja ele com Transtorno do Espectro Autista ou não.

No que se refere aos documentos normativos, a partir da discussão de inclusão numa perspectiva ampla, o marco dos anos 90 se inicia com uma grande conquista na luta dos direitos da educação inclusiva, não somente no Brasil mas no mundo, séculos de pesquisa e luta pelos direitos de pessoas com deficiência o mundo dá um salto a esta conquista logo na virada de 1988 em diante. (Santos; Benute; Guerra; Streapco; Lopez e Pereira, 2020, p. 23)

Em 1994 a Declaração de Salamanca, passa a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva” (Brasil, 2008, p. 10). Através dela foi dado à criança independentemente das suas características o direito à educação, dado o comprometimento da inclusão dentro do Brasil. Essa declaração “proclama que as escolas regulares com orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias e que alunos com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular [...]” (Brasil, 2008, p. 15). Nesse sentido, im grande avanço na educação especial começa com a lei de salamanca, a obrigatoriedade ao acesso ao ensino regular e o combate a discriminação a pessoas deficientes.

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

Continuando com o processo no país de promulgar leis que garantam a inclusão das pessoas com deficiências, em 1999 a Política Nacional para a Integração da pessoa portadora de deficiência¹ tem como objetivos: I – O acesso, o ingresso e a permanência da pessoa portadora de deficiência em todos os serviços oferecidos à comunidade. (Santos, Benute, Guerra, Streapco, Lope e Pereira, 2020, p. 25)

A Convenção da Guatemala em 1999 continuou a buscar o acesso e permanência de pessoas com deficiência dentro em todo o serviço oferecido, buscando oferecer acessibilidade e inclusão na sociedade, promovendo o respeito a cidadania e a igualdade, uma luta que ainda hoje continua, a buscar uma qualidade de vida melhor e com respeito a pessoas independentemente da suas características.

Desta forma, importante pontuar os documentos normativos que se referem ao contexto da discussão dos alunos com TEA, temos a Lei Berenice Piana, Lei Federal nº 12.764 de 2012 e a Lei Romeo Mion, Lei Federal nº 13.977 de 2020.

A Lei Berenice Piana institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Berenice que foi uma mãe que lutou recebendo vários diagnósticos de seu filho, entre eles o de que a criança não apresentava características do TEA, uma luta travada até a criação da lei cujo tem seu nome de batismo.

Já a Lei Romeo Mion, Art. 1º—Esta Lei, denominada “Lei Romeo Mion”, altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana), e a Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996 (Lei da Gratuidade dos Atos de Cidadania), para criar a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), de expedição gratuita.

Lei 13.977 de Romeo Mion também vêm beneficiar, Em caso de matrícula de aluno com TEA ou qualquer outro tipo de deficiência, as escolas precisam desenvolver um “projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia” (Art. 28º, III).

O mesmo artigo também determina o “acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar” (Art.

¹ Em relação à essa terminologia, importante ressaltar que, segundo Sasaki (2014) a Declaração de Salamanca preconiza a expressão “pessoas com deficiência”, com a qual os valores agregados às pessoas com deficiência passou a ser o do empoderamento (uso do poder pessoal para fazer escolhas, tomar decisões e assumir o controle da situação de cada um) e o da responsabilidade de contribuir com seus talentos para mudar a sociedade rumo à inclusão de todas as pessoas, com ou sem deficiência.

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

28º, XV). Portanto, a criança autista não pode ser excluída de qualquer atividade praticada no ambiente escolar.

Além disso, caso seja necessário, essa lei garante que seja disponibilizado um profissional de apoio escolar (Art. 28º, XVII), que pode exercer atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas.

Considerações Finais

Tendo em vista o objetivo do presente artigo de discutir teoricamente a formação de professores no contexto da relação entre a família e a escola especificamente no contexto da inclusão de alunos TEA, identificamos, para além dos aspectos legais, que há que se criar um laço entre a equipe pedagógica e a família para que se tenha um acolhimento junto à criança autista. Um olhar sensível do professor, estimulando sempre o respeito e impondo sua competência. Assim, também como a lei de Berenice foi criada pela luta de uma mãe típica, toda família perpassa por dificuldades no processo do diagnóstico, nesse contexto o olhar diferenciado da equipe pedagógica faz toda a diferença.

Nossas análises mediante as especificidades do TEA, podemos analisar a diferença de um transtorno para o outro, observando os níveis de gravidade e também as especificidades de socialização de uma criança com TEA para outra. No nível 1, por exemplo, se têm mais facilidade em interagir do que para os não verbais, nível 3, assim identifica-se a importância do olhar diferenciado do professor para cada aluno. Também foram analisadas as principais leis sobre TEA e seus desmembramentos. Apesar disso, mesmo com as referidas leis, podemos observar que a luta ainda não acabou, o Brasil ainda tem um bom caminho a seguir para chegar a inclusão efetiva, com mais formações continuadas junto aos docentes e apoio às famílias típicas.

Referências

ABDALA, V. Dia Mundial de Conscientização sobre o Autismo é celebrado nesta terça: Segundo OMS, uma em 100 crianças tem Transtorno do Espectro Autista. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 02 abr. 2024. DISPONÍVEL EM: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2024-04/dia-mundial-de-conscientizacao-sobre-o-autismo-e-celebrado-nesta-terca>. ACESSO EM: 09 jun 2024.

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

ARAÚJO, B. C. **Formação de Professores e a Inclusão de Alunos com Transtorno do Espectro Autista.** 2022. 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação Pedagogia) - Licenciada em Pedagogia desta instituição, Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022 p.22 e 31

BARBOSA, K. P.; PERES, C. P.; PRZYLEPA, M. **O Trabalho Pedagógico do Professor de Apoio na Inclusão de Alunos com Transtorno do Espectro Autista** Revista Educação Especial em Debate | v. 5 | n. 9 | p.131-148 jan./jun. 2020 Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/reed> 2020, p. 139

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Define a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília: Diário Oficial da União.

CARDOZO, P. R.; SANTOS, A. M. **A criança com TEA: o ingresso no ensino fundamental em meio a pandemia.** 14 de jul de 2020. Revista Brasileira de Desenvolvimento, 6(7), 46193–46201. DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdv6n7-302>. 2020, p.4

Oliveira, C. B. E. de; Marinho-Araújo, C. M. **A relação família-escola: intersecções e desafios.** (Estudos De Psicologia) Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia, Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento. 27 mar 2010, 99–108 F. DISPONÍVEL EM: <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2010000100012>. ACESSO EM: 04 fev 2024

ROPOLI, E. A.; MANTOAN, M. T. E.; SANTOS, M. T. C. T. dos.MACHADO, R. A. Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: A Escola Inclusiva. **Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação. Esplanada dos Ministérios, Bloco L, 6º andar, Sala 600 CEP:70047-900 Brasília/DF**, p. 18, 2010.

SANTOS, F. J. da S.; BENUTE, G. R. G.- (ORG); GUERRA, G. R.; STREAPCO, L. R. F.; LOPEZ, S. R. O.; PEREIRA, S. M. S. R. **GREGÓRIO, B. S. - (COORD.)** Volume 2- **Transtorno do Espectro Autista (TEA):** Desafio da Inclusão. São Paulo: Setor de Publicações - Centro Universitário São Camilo, 2020.

WEIZENMANN, L. S.; PEZZ, F. A. S.; ZANON, R. B.; **Inclusão Escolar e Autismo:** Sentimentos e Práticas Docentes.1 Sociedade Educacional Três de Maio – Rio Grande do Sul – RS – Brasil; 2 Universidade Federal da Grande Dourados – Dourados – MS – Brasil; 2020, p.4